Diário Oficial Eletrônico Administrativo da 5ª Região nº 189
Disponibilização: 07/10/2026
Publicação: 08/10/2026

JUSTIÇA FEDERAL NA PARAÍBA

PORTARIA DA DIRETORIA ADMINISTRATIVA

Nº107/2026

Designa servidores para atuarem como fiscais e gestores do Contrato n.º14/2026 - serviços de controle e prevenção de pragas urbanas, abrangendo as atividades de desinsetização e desratização, a serem executadas nas instalações da Justiça Federal na Paraíba, compreendendo a Sede da Seção Judiciária, o Edifício DCT e as Subseções Judiciárias do interior do Estado.

O **DIRETOR DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA**, no uso das suas atribuições legais e regulamentares, tendo em vista a delegação de competência concedida pela Portaria da Direção do Foro nº 024/2025 (4906084) alterada pela Portaria da Direção do Foro nº 161/2025 (5425367);

CONSIDERANDO o Processo Administrativo SEI nº 0001493-38.2026.4.05.7400, que trata da gestão e da fiscalização do Contrato nº 14/2026 (doc.5822106);

CONSIDERANDO a exigência contida nos artigos 82, § 5º, inc. III, e 117, da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, combinado com o disposto Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, e a Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017;

CONSIDERANDO a disciplina contida na Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05, de 26 de maio de 2017;

CONSIDERANDO o disposto na Portaria nº 079/GDF/2016, que trata dos procedimentos de fiscalização e acompanhamento da execução dos contratos no âmbito da Seção Judiciária da Paraíba.

RESOLVE:

Art. 1º Instituir a Equipe de Fiscalização do Contrato nº 14/2026 (doc.5822106); celebrado entre a JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NA PARAÍBA e a empresa EQUILÍBRIO AMBIENTAL SANITIZAÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS, inscrita no C.N.P.J. sob o nº 18.368.351/0001-15, que tem por objeto a prestação de serviços de controle e prevenção de pragas urbanas, abrangendo as atividades de desinsetização e desratização, a serem executadas nas instalações da Justiça Federal na Paraíba, compreendendo a Sede da Seção Judiciária, o Edifício DCT e as Subseções Judiciárias do interior do Estado, composta pelos seguintes servidores:

- Fiscal Técnico/Setorial (João Pessoa) - DIEGO KILDÁRE LÔBO DE AQUINO, matrícula PB1044;
- Fiscal Técnico/Setorial Substituto (João Pessoa) - LEONARDO BATISTA LUNA, matrícula PB1209;

- Fiscal Técnico/Setorial (Campina Grande) - KELSILENE LISBÔA MONTEIRO LISBÔA, matrícula nº PB1032;
- Fiscal Técnico/Setorial Substituto (Campina Grande) - RAQUEL SOARES DA SILVA, matrícula nº PB1081;

- Fiscal Técnico/Setorial (Guarabira) - THIAGO DE OLIVEIRA LIMA SOBREIRA, matrícula nº PB815;
- Fiscal Técnico/Setorial Substituto (Guarabira) - DIEGO DOS SANTOS BEZERRA, matrícula nº PB913;

- Fiscal Técnico/Setorial (Patos) - FRANCISCO AMÉRICO JÚNIOR, matrícula nº PB919;
- Fiscal Técnico/Setorial Substituto (Patos) - EVÂNIA MEDEIROS DA TRINDADE FREITAS, matrícula nº PB1035;

- Fiscal Técnico/Setorial (Monteiro) - ELIOMAR INÁCIO DE SOUZA, matrícula nº PB1113;
- Fiscal Técnico/Setorial Substituto (Monteiro) - FÁBIO LUCENA DE ANDRADE, matrícula nº PB862;

- Fiscal Técnico/Setorial (Sousa) - FRANCISCO VIEIRA DE SOUSA NETO, matrícula nº PB1167 e
- Fiscal Técnico/Setorial Substituto (Sousa) - FELIPE PEIXOTO MANGUEIRA BATISTA, matrícula nº PB1036.

Parágrafo único. Os fiscais técnicos poderão atuar conjunta ou individualmente, respondendo cada um pelos seus próprios atos individuais e/ou pela concordância para com os atos conjuntos.

Art. 2º Estabelecer que a Gestão Contratual será realizada pelo servidor JOSE CARLOS SANTOS FILHO, matrícula nº PB893, e, em substituição, pelo servidor GEORGE EMERSON DE ARAÚJO MEDEIROS, matrícula nº PB1183, os quais deverão acompanhar e supervisionar os trabalhos da Equipe de Fiscalização, desenvolvendo todas as atribuições para conferir a perfeita execução dos dispositivos do item 6.9.2 ao 6.9.14. do Termo de Referência anexo ao Contrato nº 14/2026.

Art. 3º Estabelecer a obrigatoriedade de que a Equipe de Fiscalização mantenha o Gestor do Contrato devidamente informado e atualizado da situação de andamento da execução, inclusive realizando relatórios fotográficos e/ou analíticos semanais, como também de realizar a devida comunicação, em tempo hábil, de quaisquer problemas identificados para fins adoção das medidas necessárias e adequadas para assegurar o atingimento satisfatório das finalidades pretendidas na contratação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação, e terá vigência até a extinção do Contrato nº 14/2026 e de sua garantia, se houver.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.

Documento assinado eletronicamente por **ALVARO DO NASCIMENTO SILVA**, **DIRETOR(A) DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA EM EXERCÍCIO**, em 21/05/2026, às 11:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.trf5.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **5822162** e o código CRC **EC0D94EF**.

Criado por george.medeiros, versão 6 por george.medeiros em 13/04/2026 15:23:59.